

LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Atualizada em 25 de março de 2019

Legislação Federal	Ementa
<u>Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</u>	Descarte das matrizes físicas no processo administrativo eletrônico
<u>Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014</u>	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
<u>Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013</u>	Disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional.
<u>Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012</u>	Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.
<u>Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</u>	Regula o acesso a informações.
<u>Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991</u>	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
<u>Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968</u>	Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
<u>Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001</u>	Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.
<u>Resolução (CONARQ) nº 43, de 04 de dezembro de 2015</u>	Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.
<u>Resolução (CONARQ) nº 42, de 09 de dezembro de 2014</u>	Dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos.

<u>Resolução (CONARQ) nº 41, de 09 de dezembro de 2014</u>	Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso.
<u>Resolução (CONARQ) nº 40, de 09 de dezembro de 2014</u>	Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
<u>Recomendação (CNJ) nº 37 de 15 de agosto de 2011</u>	Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos.
<u>Resolução (CNJ) nº 91, de 29 de setembro de 2009</u>	Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.
<u>Resolução (CONARQ) nº 26, de 06 de maio de 2008</u>	Estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário.
<u>Resolução (CONARQ) nº 20, de 16 de julho de 2004</u>	Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.
<u>Resolução (CONARQ) nº 14, de 24 de outubro de 2001</u>	Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública.
<u>Resolução (CONARQ) nº 10, de 06 de dezembro de 1999</u>	Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.
<u>Resolução (CONARQ) nº 6, de 15 de maio de 1997</u>	Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos.

<u>Resolução (CONARQ) nº 5, de 30 de setembro de 1996</u>	Dispõe sobre a publicação de editais para Eliminação de Documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.
<u>Resolução (CONARQ) nº 3, de 26 de dezembro de 1995</u>	Dispõe sobre o Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos
<u>Resolução (CONARQ) nº 1, de 18 de outubro de 1995</u>	Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.
Legislação Estadual	Ementa
<u>Lei nº 5.978, de 24 de maio de 2011</u>	Dispõe que os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do estado do Rio de Janeiro, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.
<u>Lei nº 5.562 de 20 de outubro de 2009</u>	Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do estado do rio de janeiro e dá outras providências
<u>Decreto nº 42.352 de 15 de março de 2010</u>	Regulamenta a lei estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, no que dispõe sobre a informatização de documentos e processos administrativos na administração pública estadual e dá outras providências.
<u>Decreto nº 29.387, de 15 de outubro de 2001</u>	Cria o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e estabelece a sua competência, organização e funcionamento